

O Programa de Pós-Graduação em História Social na Universidade Federal do Pará e aos desafios da pesquisa na Amazônia

The Postgraduate Program in Social History at the Federal University of Pará and the challenges of research in the Amazon

Dr. Francivaldo Alves Nunes*

* Doutor em História Social pela Universidade Federal Fluminense (2011), com Estágio Pós-Doutoral na Universidade Nova de Lisboa (2014). Pesquisador Produtividade do CNPq (PQ-2). É atualmente professor Associado na Universidade Federal do Pará.

Resumo: Neste texto, nos propomos a apresentar as ações desenvolvidas pelo Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), da Universidade Federal do Pará (UFPA), considerando o contexto do em que se deu o XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PA com o tema “*Ensino de História, meio ambiente e diversidade na Amazônia Oriental*”, de 25/09/2024 a 27 /09/2024 em Marabá-PA, na Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará (UNIFESSPA). A partir de uma palestra proferida no evento, procuramos associar a ações do programa com aquilo que entendemos como desafios apresentados para pós-graduação, em um momento de necessidade de investimentos do governo federal nas Instituições de Ensino Superior. Esta situação é analisada considerando a realidade dos programas da região amazônica. Para isso, estamos preocupados em recuperar ações que estão associadas ao planejamento estratégico do programa, a importância da inclusão como política socialmente demandada e necessária, assim como a defesa de uma pós-graduação atuante.

Palavras-chaves: Pós-graduação; História; Pesquisa; Amazônia.

Abstract: In this text, we propose to present the actions developed by the Postgraduate Program in Social History of the Amazon (PPHIST), of the Federal University of Pará (UFPA), considering the context of the XIV State Meeting of History of ANPUH-PA with the theme “*Teaching History, Environment and Diversity in Eastern Amazonia*”, from 09/25/2024 to 09/27/2024 in Marabá-PA, at the Federal University of Southern and Southeastern Pará (UNIFESSPA). Based on a lecture given at the event, we seek to associate the program's actions with what we understand as challenges presented to postgraduate studies, at a time when the federal government needs to invest in Higher Education Institutions. This situation is analyzed considering the reality of the programs in the Amazon region. To this end, we are concerned with recovering actions that are associated with the program's strategic planning, the importance of inclusion as a socially demanded and necessary policy, as well as the defense of an active postgraduate program.

Keywords: Postgraduate studies; History; Research; Amazon.



Conhecendo o Programa

O XIV Encontro Estadual de História da ANPUH-PA com o tema “*Ensino de História, meio ambiente e diversidade na Amazônia Oriental*”, promovido pela Associação Nacional de História – Seção Pará, se tornou uma grande oportunidade para se pensar os programas de pós-graduação na Amazônia. Trata-se de um tema oportuno, debatido na mesa “Ensino e a Pós-graduação em história no Pará” com as participações dos professores Carlo Guimarães Monti (UNIFESSPA), que mediu o debate, Marcus Reis (UNIFESSPA), Adilson Junior Ishihara Brito (UFPA), Francivaldo Alves Nunes (UFPA) e Bruno Silva (UNIFESSPA) e que representaram os programas de pós-graduação no Estado do Pará. A proposta era analisar a pós-graduação em um contexto em que o papel da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) tem se tornado cada vez mais voltado para incentivar e conduzir, sob o pretense discurso do desenvolvimento econômico e social do país, a expansão da formação de *stricto sensu* voltada para atividades extra-acadêmicas, como aperfeiçoamento da atuação docente, atuação profissional do historiador e geração de produtos que pudessem ter maior impactos social voltados para usos dos recursos da tecnologia da informação (Silva Júnior; Ferreira; Kato, 2013, p. 453).



Imagem 1: Mesa “Ensino e a Pós-graduação em história no Pará”, ANPUH-Pará, 2024. Fonte: Acervo do Autor, 2024.

Diante dessas primeiras considerações, permitam-me falar muito do campo de onde atuei entre os anos 2021-2024, no caso, como Coordenador do Programa de Pós-Graduação em História Social da Amazônia (PPHIST), da Universidade Federal do Pará (UFPA). Com quatro anos gestão, tratou-se da minha primeira experiência ao gerir um programa de pós. Isso significa

que minha experiência é muito no campo do ensino, no entanto, já atuo desde 2012 com professor da pós-graduação, o que permitiu, como interlocutor e observador, acompanhar de perto esse processo de mudança e permanência vivenciado na pós-graduação, principalmente os desafios enfrentados diante de uma política, implantadas por governos não sensíveis a importância dos mestrados e doutorados como espaço de formação profissional e produção de um conhecimento científico de qualidade.

Desde sua fundação, em 2004, no nível de Mestrado, e, depois em 2011, com a criação do Doutorado, o PPHIST/UFPA se definiu, a partir de uma perspectiva e eixo norteador fundamental, em aprofundar as reflexões sobre a História da Amazônia, desde o período colonial até o tempo presente. Daí decorre que a área de concentração do programa tenha se mantido a mesma desde o início: “História Social da Amazônia”. Então, além de fazer pesquisa na Amazônia, a Amazônia é o objeto de observação. Se antes a ideia era compreender a atuação social, hoje é compreender como essa atuação se conectava com o mundo atlântico europeu, mas também africano, mundo asiático e com as américas.

O PPHIST tem como objetivo refletir historiograficamente sobre a diversidade social, étnica e cultural da Amazônia na sua relação com a biodiversidade local. Nesse sentido, trata-se de formar e capacitar pesquisadores e professores dentro desse campo de múltiplas realidades. Por outro lado, objetiva também o fomento e a criação de estudos históricos que relacionem a realidade e a historicidade da Amazônia com análises de outras dinâmicas históricas brasileiras. Nesse sentido, o Programa se tornou o maior centro de referência em pesquisas históricas, com uma produção significativa de teses e dissertações e a reunião de pesquisadores com reconhecida produção na temática amazônica.

A importância da área de concentração em "História Social da Amazônia" fundamentou-se a partir da inicial incipiência de pesquisas, notadamente nos quadros da historiografia nacional. De fato, a Amazônia como região e território foi em grande medida alijada da narrativa de construção da história nacional em razão de suas especificidades. Não há dúvida que esse quadro começou a se alterar com a expansão da pós-graduação, a partir de meados da década de 2000, mais especificamente em 2004 com a criação do PPHIST. Esse processo teve como uma das suas principais consequências a multiplicação de pesquisas sobre a região, tanto por parte dos docentes vinculados aos programas de mestrado e depois doutorado, como, e principalmente, a partir da produção de dissertações e teses. Não sem razão, o Programa construiu uma reflexão historiográfica que transcende o quadro do Estado nacional, tentando compreender as conexões dessa vasta região no continente, principalmente, por meio de uma

abordagem que leve em consideração o que tem sido denominado de Pan-Amazônia, ao considerar as possibilidades de abordagem e reflexões com os países da América do Sul que fazem fronteira com a Amazônia brasileira.

A área de concentração do programa, História Social da Amazônia, compreende temáticas voltadas para pensar o processo histórico de ocupação humana na região e as transformações no ambiente e ecossistemas ecológicos; os estudos sobre as conexões entre natureza, arte e literatura da amazônica, associadas as representações, trocas culturais e simbolismos; a natureza e os sujeitos sociais amazônicos, como sociedades indígenas, a história dos encontros e confrontos culturais entre os séculos XVII-XXI. Destaca-se ainda os estudos sobre os projetos de colonização, imigração e integração amazônica com o Brasil, América latina, Pan-Amazônia e Caribe; a natureza e os povos da floresta; os debates em torno dos chamados "ciclos" econômicos e as transformações ambientais e sociais amazônicas. Preocupa-se com estudos para se entender o desenvolvimento sustentável do trópico úmido e a crítica histórica; os debates sobre espaço, territorialidades e movimentos populacionais na Amazônia; os usos da terra, trabalho e cultura, com a perspectiva da dimensão da relação entre capital e trabalho, mediada pela cultura e pelo campo das relações interétnicas. A abordagem é também dos temas voltados para os movimentos sociais contemporâneos; os rituais, simbolismo e identidade amazônica; assim como a religião e religiosidades amazônicas, através da pajelança cabocla, afro-amazônica caribenha e saberes populares.

O corpo docente do PPHIST é compatível e adequado à proposta do programa, sendo que os docentes têm dedicação exclusiva à carreira universitária e desenvolvem projetos de pesquisa, atuando em cursos de graduação e de pós-graduação. Vinte e um dos 23 docentes permanentes estão lotados na Faculdade de História da UFPA, Campus de Belém, onde ministram aula para os cursos de Bacharelado e Licenciatura em História. Os demais atuam no Museu Paraense Emílio Goeldi (MCTI) e no Campus de Ananindeua/UFPA. Os professores e professoras dedicam-se à pesquisa de história da Amazônia, em conformidade com a área de concentração do Programa, realizando importante papel formativo e de investigação de maneira integrada às linhas de pesquisa do programa.

No quadriênio 2021-2023, o PPHIST contou com 23 docentes permanentes (dos quais 9 (nove) são pesquisadores produtividade e 10 docentes titulares e os demais professoras e professoras associadas), 5 docentes colaboradores, 2 Bolsistas do Plano Nacional de Pós-Doutorado da CAPES, que atuaram como colabores e 2 professores visitantes, que atuaram

como colaboradores, para uma média de 66 discentes de mestrado matriculados (razão de 2,0 discente/docente) e 116 discentes de doutorado matriculados (razão de 3,6 discente/docente).

O Programa conta com um corpo docente permanente com experiência no ensino, pesquisa e extensão: 7 dos docentes (30%) têm mais de 20 anos de formação; 15 docentes (65%) têm mais de 10 anos de formação; e somente 1 docente (5%) tem pouco menos de 10 anos de formação, o que denota equilíbrio entre experiência e renovação do corpo de professores e professoras. Com relação à graduação dos professores e professoras permanentes, 2 docentes (8%) fizeram sua graduação no exterior (Espanha e Alemanha), 5 docentes (22%) fizeram sua graduação em outros estados (São Paulo, Rio de Janeiro e Ceará) e 16 docentes (70%) fizeram sua graduação na Universidade Federal do Pará. Quanto ao doutorado, somente 2 docentes (8%) concluíram o doutorado na Universidade Federal do Pará, embora em outros programas de pós-graduação (Ciências Sociais e Trópico Úmido); 3 docentes (12%) concluíram seu doutorado no exterior (Inglaterra e França); e 18 docentes (80%) concluíram seu doutorado em IES de outros estados: 1 na FIOCRUZ, 2 na UFF, 3 na USP/História Social, 2 na USP/História Econômica, 1 na USP/Antropologia, 4 na UNICAMP e 5 na PUC/SP, o que denota uma grande diversidade no quesito formação do corpo docente.

Formar quadros de docentes e pesquisadoras de instituições espalhadas pelo Estado do Pará e demais estados da Amazônia Legal, cumprindo o objetivo de capacitar professores e pesquisadores para a compreensão da realidade regional é uma das principais metas atingidas pelo programa. Hoje professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), como a Universidade Federal do Maranhão (UFMA), a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a UFPA e a UNIFESSPA, assim como das universidades estaduais a exemplo da Universidade Estadual do Amazonas (UEA), Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) e Universidade Estadual de Roraima (UERR), tem procurado o programa em busca de formação em mestrado e doutorado. Professores das universidades privadas, como a Universidade da Amazônia (UNAMA), docentes na rede pública estadual de educação básica no Pará, no Amazonas, e no Ceará, além dos docentes na rede pública federal de educação básica como do Instituto Federal do Maranhão e Instituto Federal do Pará foram também formados pelo programa. Ainda se observa a formação de docentes da rede pública municipal de educação básica no Pará, servidores da Secretaria de Cultura do Pará e do Amapá, servidores da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e servidor na rede pública federal de educação básica do Piauí. O que mostra a importância da pós-graduação e sua capacidade de inserção nacional e regional.

Ao observar o perfil dos alunos e egressos, considerando a formação de quadros de docentes e pesquisadores titulados e os ingressantes, observa-se o cumprimento dos objetivos da pós-graduação na Amazônia que é formar profissionais para atuar em instituições do estado do Pará e demais unidades federativas da região, ou seja, o Programa tem cumprido a missão de capacitar professoras/es e pesquisadoras/es para atuar, analisar e propor ações para intervenção na realidade regional em diálogo com outras experiências nacionais e internacionais. Ao longo do quadriênio, por exemplo, dos 65 egressos do Doutorado, 18 são docentes de IFES, 4 são docentes de universidades estaduais, 6 são docente em universidade privada, 9 são docentes na rede pública estadual de educação básica; 8 são docentes na rede pública federal de educação básica; 1 é docente da rede de escolas técnicas estaduais; 4 são docente rede pública municipal de educação básica; 4 são servidoras da Secretaria de Cultura do Pará; 1 é servidor na rede pública federal de educação básica; 4 atuam na rede pública municipal; 2 são docentes de Escola de Aplicação; 1 atua como técnico de universidade; 1 como técnico do IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Em instituições estrangeiras 2 atuam como pesquisador. No caso do mestrado, dos 76 egressos no quadriênio 2021-2024, 35 discentes continuaram seus estudos em nível de doutorado, 18 são docentes da rede pública estadual do Pará e 10 são docentes da rede pública municipal, 7 com técnicos. Os dados expressam, portanto, a significativa contribuição do Programa para o desenvolvimento do ensino, pesquisa e extensão com a inserção dos egressos em instituições públicas e privadas ou o atendimento a candidatos que já atuam nestas instituições.



Imagem 2: Prédio do PPHIST, Campus do Guamá, UFPA, 2024. Fonte: Acervo do PPHIST, 2024.

Um plano estratégico

Do ponto de vista de um planejamento estratégico, o PPHIST tem atuado de forma significativa, quanto ao aprofundamento e a produção de conhecimento sobre a Amazônia, cumprindo o objetivo de refletir sobre a diversidade social, étnica e cultural da região na sua relação com a biodiversidade local. Só no programa, mesmo diante da pandemia, são 10 teses produzidas anualmente e até 15 dissertações de mestrado defendidas, podendo ser baixadas no site da pós-graduação, no link: <https://www.pphist.propesp.ufpa.br/index.php/br>.

A professora Connie McManus, da UnB, em palestra proferida na Pontífice Universidade Católica de São Paulo, em 29 de abril de 2022, aponta números positivos de crescimento da pós-graduação na Amazônia, no caso em 112%. No entanto, esse crescimento só é sustentado com investimentos em bolsas de pesquisa. Como destaca pesquisadora, os novos programas precisam de apoio das agências de fomento, para que possam, em curto espaço de tempo, promover uma formação de qualidade e com pesquisas de reconhecimentos nacional e internacional (Jornal da PUC-SP, 29/04/22, p. 1).

A pesquisa e pós-graduação na UFPA é defendida pelo PPHIST, ao que se observa, são vistas como dimensões de um único processo, do qual participam a formação continuada e a produção de conhecimento. A condição fundamental para a estabilidade dessa relação virtuosa é a consolidação e a ampliação dos grupos de pesquisas institucionalizados. Contando com 13 grupos de pesquisa cadastrados no Diretório de Grupos de Pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, o programa tem assumido como princípio político, assim como a universidade, a colaboração na construção das condições necessárias para que tais grupos de pesquisas se constituam em referência regional, nacional e internacional, angariando recursos, constituindo parcerias e intensificando a interlocução da universidade e do programa com as demais instituições de pesquisa e formação no Brasil e no exterior.

No quadriênio (2021-2024) o PPHIST procurou fortalecer a política de extensão, em consonância com o Plano de Desenvolvimento da Instituição/UFPA e o Programa de Extensão da Educação Superior na Pós-Graduação (PROEXT-PG). No caso, a extensão é assumida enquanto atividade acadêmica responsável, em sentido estrito, pela articulação do ensino e da pesquisa, assim como pela relação entre o programa e a sociedade. De modo geral, então, pode-se dizer que, em sua política extensionista, o Programa prima pela inserção da dimensão acadêmica da extensão na formação dos discentes e na construção do conhecimento. Ao lado disso, insiste no comprometimento do programa com a sociedade, mediado por um nexo

bidirecional de mútua possibilidade. Assim, o que se pretende é a ininterrupta proposição de ações e de processos, nuclearizados em projetos extensionistas, nos quais se dá, inequivocamente, a relação autônoma e assertiva da universidade em vista do desenvolvimento social, em especial do Estado do Pará e da Região amazônica, seus espaços geopolíticos mais imediatos.

A seguir apresentamos um quadro de metas de forma a ilustrar como o planejamento é organizado, as etapas definidas e o quantitativo a se alcançar no quadriênio.

	INDICADOR EM DEZEMBRO DE 2021		METAS			
	PREVISTO	REALIZADO	2022	2023	2024	OBSERVAÇÕES
Todos os Docentes permanentes atendem os requisitos da área e do Programa para credenciamento?	100%	100%	100%	100%	100%	
Todos os Docentes pretendentes estão envolvidos com pesquisa, ensino e orientação?	100%	100%	100%	100%	100%	
Todos os Docentes e Discentes estão envolvidos nas atividades de autoavaliação?	100%	100%	100%	100%	100%	
Quantidade de itens de produção bibliográfica, incluindo os tipos e qualidade de produtos considerados relevantes pela área	150	322	167	174	-	
% da produção bibliográfica veiculada em revistas mais bem avaliadas na área (A1, A2)	15%	17%	22%	25%	-	
% da produção bibliográfica em coautoria com docentes de outras IES do país ou do exterior	13%	15%	12%	12%	-	
% da produção bibliográfica em coautoria com discentes do PPG	10%	12%	9%	9%	-	
% Bolsistas de Produtividade em Pesquisa ou Desenvolvimento Tecnológico*	30%	40%	40%	40%	40%	
% Docentes com projeto de pesquisa aprovados em agências externas*	20%	25%	25%	25%	25%	
% Docentes com projetos desenvolvidos em cooperação com grupos de outras IES no país*	50%	60%	60%	60%	60%	

Quadro 1: Metas para o quadriênio 2021-2024. Fonte: Acervo do PPHIST, 2021.

Necessidade de autoavaliação

Os processos de autoavaliação se colocam como a possibilidade de o PPHIST se autoconhecer, avaliar-se e traçar metas/ações para fortalecimento de ações constituídas e o enfrentamento de desafios. Neste aspecto, a autoavaliação é reconhecida no processo de gestão do programa, como um conjunto de políticas passam a ser implementadas, considerando indicadores de qualidade, permitindo que todos se envolvam no alcance desse objetivo. Cada momento de avaliação deve envolver toda a comunidade acadêmica da pós-graduação, pois a avaliação participativa leva em consideração a singularidade de opiniões como possibilidade de desenvolvimento e de crescimento qualificado de todos os envolvidos.

As políticas de autoavaliação se encontram alinhadas ao Programa de Autoavaliação da UFPA e da PROPESP (Pro-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação), que objetiva levantar elementos de diagnóstico das condições atuais dos programas de pós-graduação e de seus contextos na área de conhecimento da CAPES e, conseqüentemente, apresentar as estratégias e

metas a serem adotadas e estabelecidas para melhoria de conceito dos programas, incluindo ações de curto, médio e longo prazo. Para isso se estabelece como elementos de observação: a) áreas de conhecimento cobertas; b) níveis de formação oferecidos; c) histórico dos Programas (ano de implantação de cada nível, avaliações recebidas, processos de estruturação/reestruturação por que passaram etc.); d) características do corpo docente; e) características do corpo discente; f) políticas institucionais para a Pós-Graduação (atuais e em discussão).

Destaca-se que a PROPESP coordena o Fórum dos Coordenadores de Pós-Graduação em que o PPHIST atuou ao longo do quadriênio. Nesta instância de discussão algumas questões foram pautadas, como: a) qualificação geral da Pós-Graduação na instituição (realidade atual e possibilidades futuras); b) apoio institucional aos Programas de Pós-Graduação (realidade atual, demandas e compromissos assumidos); c) perspectivas de expansão horizontal da Pós-Graduação na UFPA (cobertura das áreas de conhecimento); d) perspectivas de verticalização da Pós-Graduação na UFPA (oferta do nível de Doutorado pelos Programas que já oferecem o Mestrado); e) programas ou políticas institucionais a serem discutidas/executadas no curto prazo e no longo prazo; f) ações institucionais externas necessárias para a qualificação e expansão da Pós-Graduação na UFPA.

O PPHIST iniciou o processo de autoavaliação neste quadriênio por meio das seguintes ações: a) encontros com pesquisadores de outros programas de pós-graduação para aprofundamento sobre os pressupostos da autoavaliação, através do Fórum de Coordenadores da Pós-Graduação em História da ANPUH-Nacional e do Fórum dos Coordenadores de Pós-Graduação da UFPA; b) participação nas reuniões do Colegiado do Programa, realizadas pelo menos uma vez por semestre; c) constituição de uma comissão composta por professores, técnico-administrativo e alunos do programa; d) criação de instrumentos/canais de autoavaliação, como formulários, aplicativos de mensagens em textos, áudios e vídeos; e) aplicação dos instrumentos; f) categorização e socialização dos dados; g) elaboração do planejamento estratégico.

Para a comunidade acadêmica do programa, as políticas de autoavaliação são compreendidas como ferramentas de diagnóstico para subvencionar a gestão acadêmica e administrativa, consequentemente, a implementação de políticas para o crescimento do Curso de Mestrado e Doutorado. Assim, reconhece-se que à autoavaliação são necessários o envolvimento e a participação da comunidade acadêmica e científica, tendo como horizonte a busca por significados sobre as seguintes questões: a importância social e a relevância do

conhecimento, considerando as necessidades nacionais, ambientais, desenvolvimento sustentável e inclusão social.

Como se observa, a autoavaliação do Programa é um processo de autoconhecimento, coordenado pela Comissão de Autoavaliação e alinhada às avaliações externas da Capes e da PROPESP. Trata-se de um momento de reflexão coletiva e diagnóstica que subsidia a tomada de decisão e a definição de prioridades e possibilidades de transformação na trajetória institucional. É um processo permanente de análise das ações do Programa, no sentido de identificar alternativas para a superação de possíveis dificuldades na execução das ações propostas, orientando a tomada de decisão da gestão para a melhoria dos indicadores de qualidade do Programa.

O processo avaliativo possui um caráter formativo e emancipatório, pois à medida em que ele ocorre, o Programa adquire conhecimentos sobre si e fortalece uma visão contextualizada a respeito das atividades acadêmicas e administrativas. O processo de avaliação, em especial a autoavaliação, busca diagnosticar integralmente a realidade da instituição, identificando a coerência entre a missão, os objetivos, o currículo, projetos de pesquisa, corpo docente, estrutura física, diretrizes institucionais estabelecidas, trabalhos realizados pelos estudantes, produções acadêmicas, dentre outras, visando à melhoria da qualidade da educação, por meio da participação da comunidade universitária, de forma contínua. Deste modo, a autoavaliação, em seu sentido amplo, deve ser assumida como instrumento de compreensão, análise, reflexão e debate em torno dos indicadores de qualidade, possibilitando, ao programa, tomar decisões que suscitem o seu crescimento e aprimoramento.

Do objetivo geral da autoavaliação proposta no PPHIST destaca-se avaliar as políticas de gestão acadêmica e administrativa desenvolvidas no âmbito do Programa, tendo em vista o fortalecimento da formação de profissionais em História, em nível de Mestrado e Doutorado, e o alcance dos indicadores de qualidade adotados a partir das dimensões da avaliação da Capes que subsidiam os realinhamentos necessários para a constituição de um planejamento estratégico comprometido com a elevação do conceito do Programa.

Para a constituição das políticas de autoavaliação, foram adotados os seguintes compromissos:

a) Constituição da Comissão de Autoavaliação (CA), tendo autonomia e condições para planejar, coordenar, executar e elaborar diagnósticos que subsidiou a tomada de decisões sobre as providências de gestão administrativa e acadêmica;

b) Envolvimento da comunidade acadêmica do Programa no processo avaliativo e alcance dos objetivos propostos a partir da autoavaliação e consequentemente da qualidade do Programa.

As políticas de autoavaliação se constituem como possibilidades formativas para todos os envolvidos no programa, impactando no aperfeiçoamento do Curso e dos membros da comunidade acadêmica, pois convoca a todos os envolvidos a se colocarem em um processo de reflexão e autoconsciência institucional.

A seguir dispomos, a nível de ilustração, informações colhidas da autoavaliação, quanto a satisfação de alunos e alunas na oferta de disciplina e na participação de eventos. A proposta não é analisar esses dados, mas mostrarmos que essa coleta, feita anualmente, é sistematizada através de formulários construídos na plataforma Google.



Imagem 3: Autoavaliação discente do PPHIST, 2024. Fonte: Acervo do PPHIST, 2024.

Políticas afirmativas de inclusão, permanência e acessibilidade

Desde a seleção para as turmas de 2019, o PPHIST conta com o estabelecimento de cotas na seleção de Mestrado e Doutorado. Importante destacar que o governo federal sancionou em 2024, a Lei nº 5.384/2020, que atualiza a Lei de Cotas. Dentre as mudanças, as instituições federais de ensino superior passam a promover políticas de inclusão de pretos, pardos, indígenas, quilombolas e pessoas com deficiência também nos programas de pós-graduação *stricto sensu* (PPG), que abrangem os cursos de mestrado e doutorado, uma situação já vivenciada no PPHIST (Oliveira; Couto, 2024, p. 37).

A atualização da Lei de Cotas, dentre várias medidas, inclui quilombolas, diminui a renda familiar *per capita* máxima, de 1,5 para 1 salário-mínimo, para que os estudantes possam ser atendidos, e assegura a prioridade desses grupos no acesso à assistência estudantil. A Lei de Cotas torna-se assim o principal mecanismo de inclusão na história da educação brasileira,

sendo uma sólida e exitosa política que contribui para o ingresso de um público não atendido na universidade (Lopes, 2022).

O ganho da atualização da Lei de Cotas é certamente a expansão, ainda maior, da diversidade de estudantes do ensino superior. Como afirmamos, as ações afirmativas já estão sendo implementadas pelo PPHIST há alguns anos, mesmo antes da Lei de Cotas para a pós-graduação. Em sintonia com esta legislação, a CAPES e o Ministério da Educação recriaram, em 2024, o Programa de Desenvolvimento Acadêmico Abdias Nascimento e publicaram editais voltado para a promoção de políticas de ações afirmativas na pós-graduação, que para o ano de 2025 deve atender o PPHIST. O Programa vai selecionar e apoiar projetos conjuntos de pesquisa para a Mobilidade Docente e Discente Internacional, destinada à formação e capacitação de estudantes autodeclarados pretos, pardos, indígenas e com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades (Agencia Brasil, 2023).

Os desafios para o PPHIST incluem a criação de ações acolhedoras, melhorar as condições de acesso, permanência e conclusão. No campo das oportunidades, a diversidade é um diferencial e um potencial para inovação que contribuirá para dar respostas aos problemas mais complexos da sociedade. Nesse sentido, o Programa vem apostando em investir na diversidade, no público de estudantes, incluindo professores e pesquisadores, como fundamental para avançarmos às fronteiras do conhecimento. Oferecer acesso ao PPHIST por meio de cotas é uma maneira de alcançar essa diversidade, além de assegurar o direito constitucional à educação para todas as pessoas.

O PPHIST, como se observa, entende-se por negro e indígena aquele que se autodeclarar como negro ou indígena; entende-se por pessoa com deficiência aquela que atender às determinações estabelecidas na Lei Federal nº 7.853/1989 e pelos Decretos Federais nº 3.298/1999 e nº 5.296/2004. No caso de estudantes em situação de vulnerabilidade econômica e social, comprovadamente, se entende graduados na rede pública ou na rede privada de ensino superior, levando em consideração fatores como: renda familiar, residir fora do Estado do Pará, ter realizado o ensino básico integralmente em escolas públicas. Quanto aos estudantes graduados da rede privada de ensino superior, em situação de vulnerabilidade, são aqueles que, para sua formação, foi beneficiário de bolsa de estudos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), do Programa Universidade para Todos (PROUNI) ou qualquer outro tipo de incentivo do governo. Ao tratarmos de estudante vulneráveis graduados da rede de ensino público superior aquele assim definido de acordo com os critérios estabelecidos pelo PPHIST, que deverá levar em consideração o nível socioeconômico do candidato e disciplinar como se fará

a prova dessa condição, valendo se, para tanto, dos indicadores socioeconômicos utilizados por órgãos públicos oficiais.

Para além das vagas destinadas a acordos institucionais e destinadas para servidoras/es técnicas/os e docentes da UFPA, o PPHIST/UFPA tem estabelecido como critério de ação afirmativa como expressa o último edital de seleção de 2025:

Serão ofertadas 22 vagas para o curso de Doutorado: I. 11(onze) vagas, para ampla concorrência. II. 06 (seis)vagas para Pessoas Pretas e Pardas, Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhas, Extrativistas, Pessoas com Deficiência (PCDs) e População Trans (Travestis, Transexual, Transgênero ou Pessoa Não-Binário) nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014 e Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016; Decreto 5.051/2004; Estatuto do Índio; Lei 6.001/1973, Convenção 169, sobre povos indígenas e tribais, Portaria Normativa nº 12, de 11 de maio de 2016 e Portaria Normativa nº 13 de 11 de maio de 2016; Recomendação do MPF de 22/03/2024 – Direito de acesso a Pessoas Trans. III. 04 (quatro) vagas reservadas para atender à adesão do PPHIST ao PADT/PROPEP, Edital 10/2024-PROPEP, destinadas exclusivamente a servidores/as (técnicos/as e docentes) da UFPA. IV. 01 (uma) vaga destinada exclusivamente a servidores/as (técnicos/as e docentes) do IFAP e da UNIFAP.

Para o mestrado ficou assim registrado:

Serão ofertadas 22 vagas para o curso de Mestrado: I. 11 (onze) vagas, para ampla concorrência. II.06 (seis)vagas para Pessoas Pretas e Pardas, Indígenas, Quilombolas, Ribeirinhas, Extrativistas, Pessoas com Deficiência (PCDs) e População Trans (Travestis, Transexual, Transgênero ou Pessoa Não-Binário) nos termos da Lei nº 12.990, de 9 de junho de 2014 e Lei nº 13.409, de 28 de dezembro de 2016; Decreto 5.051/2004; Estatuto do Índio; Lei 6.001/1973, Convenção 169 , sobre povos indígenas e tribais, Portaria Normativa nº 12, de 11 de maio de 2016 e Portaria Normativa nº 13 de 11 de maio de 2016; Recomendação do MPF de 22/03/2024 – Direito de acesso a Pessoas Trans. III. 04 (quatro) vagas reservadas para atender à adesão do PPHIST ao PADT/PROPEP, Edital 10/2024-PROPEP, destinadas exclusivamente a servidores/as (técnicos/as e docentes) da UFPA. IV. 01 (uma) vaga destinada exclusivamente a servidores/as (técnicos/as e docentes) do IFAP e da UNIFAP.

Como se observa, o PPHIST no ultimo edital, alterou a sua política de ações afirmativas, que inclui a reserva de vagas para pessoas trans nos cursos de mestrado e doutorado. A política abrange travestis, transexuais, trans masculinos, não-binários e transgêneros, fazendo do Programa uns primeiros da UFPA a adotar tal medida. Com isso demonstra a importância de garantir a inclusão de grupos historicamente discriminados e vulnerabilizados no ambiente da pós-graduação. Isso significa dizer que as novas cotas visam combater as barreiras enfrentadas por essas populações para cursar mestrado e doutorado em História.

A medida também abrange as cotas para indígenas, quilombolas, pessoas com deficiência, além de comunidades tradicionais como marisqueiros, pescadores, extrativistas e agricultores familiares. As vagas para pessoas pretas e pardas, já garantidas, continuam a ser

parte do regulamento, com o Programa destinando 30% das vagas de pós-graduação (mestrado e doutorado) para esses grupos.

Esse critério foi seguido na seleção das turmas de 2024, tanto para o Mestrado como para o Doutorado. Assim, do total de vagas destinadas à comunidade, praticamente um terço é destinado para as cotas. Conforme consta nos editais de seleção, a opção pelas vagas reservadas implica prioridade na distribuição de bolsas. Assim, independentemente de sua nota final, os candidatos selecionados que se inscreveram na reserva de vagas são os primeiros a receber bolsa de estudo, quando disponíveis. Este foi um mecanismo encontrado pelo PPHIST para garantir também a permanência de discentes selecionados por meio da reserva de vagas. Ao longo do quadriênio foram disponibilizadas 32 bolsas para o doutorado e 37 para o mestrado. Destas 40% atenderam o sistema de cotas e as demais seguiram os critérios de condição socioeconômica dos discentes.

A política de reserva de vagas tem permitido a seleção de candidaturas autodeclaradas negras e beneficiá-las com bolsas de estudo, o que viabiliza sua permanência no curso. Torna-se necessário ampliar o número de bolsas e assegurar uma regularidade de sua distribuição e oferta, para que se ela se torne um mecanismo eficiente de redução das desigualdades de acesso à pós-graduação e de permanência das/os discentes no Programa.

O Programa conta também com apoio da Pro-Reitoria de Assistência Estudantil (PROAES) da UFPA. Trata-se de um órgão cuja competência é propor, acompanhar e avaliar a política de assistência, integração, inclusão, acessibilidade e permanência dos discentes da UFPA, em conformidade com o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES). No caso, trata-se de um órgão responsável pela definição de políticas e elaboração de metas para a Assistência Estudantil, em consonância com as diretrizes nacionais, cabendo-lhe a coordenação, acompanhamento e avaliação das atividades referentes às políticas de assistência, integração e inclusão do discente, em articulação com as unidades acadêmicas, tendo em vista a permanência dos discentes para a conclusão do curso de graduação com sucesso acadêmico.

Os alunos do PPHIST têm sido atendidos pela PROAES nos seguintes programas:

- Auxílio Primeira Infância: Ação que visa a permanência e conclusão de curso, de cunho social e pedagógico, com intuito de contribuir com as despesas emergenciais educacionais de filhos e filhas das discentes da UFPA, prioritariamente, incluindo a pós-graduação em condição de vulnerabilidade.

- Casas Estudantis: Disponibilidade de vagas em Casas Estudantis no campus de Belém, que pode hospedar estudantes da pós-graduação em condição emergencial. As casas podem

ser usadas para acolhimento nas primeiras semanas para discentes estrangeiros, principalmente.

- Restaurante Universitário: Isenção de pagamento em refeições nos restaurantes universitários.
- Acompanhamento Psicológico e educacional para alunos PCD: Destinado para estudantes com deficiência com alguma dificuldade emocional que interfira nos estudos.
- Serviço de Interpretação e Tradução em Libras: Tem assegurando o tradutor de libras nos eventos organizados pelo PPHIST.
- Adaptação de texto escrito para leitor digital de texto: Serviço para que os alunos com deficiência visual possam ter acesso a textos que não estejam em formatos acessíveis.
- Serviço de transcrição em Braille: Pode ser realizado em materiais didáticos a serem utilizados em sala de aula, livros e artigos.
- Plantão Psicológico por vídeo chamada: Para estudantes com dificuldades emocionais que interfiram nos estudos. Podem participar estudantes de todos os campi. Para participar é necessário agendar previamente pelo número divulgado entre os alunos do Programa.

Desde 2018, a coordenação do PPHIST tem manifestado sua preocupação com o que chamamos de uma crise de saúde mental na pós-graduação, não só vista na administração cotidiana do programa como corroborada por ampla literatura especializada. A pandemia agravou enormemente esse quadro. Em 2020, a coordenação criou a Comissão de Saúde Discente, composta por docentes, discentes e pós-doutorandos, para oferecer algum tipo de apoio nesta crise. A Comissão acompanhou e orientou estudantes com dificuldades devido a problemas de saúde, apresentando opções, e aconselhando o Colegiado quanto à concessão de prazos para defesa e qualificação, e outras medidas apropriadas. O Programa foi pioneiro nessa iniciativa, e tem compartilhado essa experiência com coordenadores de programas de pós-graduação em vários ambientes, incentivando-os a implementar propostas similares. Estamos convencidos de que os óbvios desdobramentos da pandemia COVID-19 poderiam gerar uma crise da saúde mental dos discentes e produzir um enorme impacto no desenvolvimento do ensino superior no Brasil. Como apontado, mesmo posterior à crise pandêmica, o Programa atuou, juntamente com a SAEST, através do plantão psicológico para atendimento dos discentes quanto necessários.

Ainda do ponto de vista inclusão e permanência, observamos a necessidade de buscarmos um equilíbrio entre a preparação de professores para o ensino superior, a de pesquisadores e a de profissionais diversos que buscam seu aprofundamento teórico, cultural, científico ou tecnológico. Com flexibilização de tempos e de possibilidades nas trajetórias dentro dos cursos, este equilíbrio talvez possa ser atingido. Daí devemos pensar em funcionamentos de disciplinas em formatos e horários diversos que melhor aproveite a demanda social. A convivência de modalidades diferentes numa mesma instituição e em um mesmo programa, que se qualifica também pela pesquisa e produção cultural de outras naturezas, pode

dar sustentação a um ambiente adequado de convivência com formas diversificadas de produzir e utilizar conhecimentos.

Uma pós-graduação atuante, o que buscamos

Se os programas podem e devem se constituir em lugar de construção de aprendizagens, de exercício da investigação científica, de maturação quanto a teorias e tecnologias e de preparação para o exercício da docência em nível superior, novas relações educacionais internas devem ser construídas. Isto requer alterações em papéis consagrados, criação de ambiências de aprendizagem para além das aulas e atividades estruturadas, criação de opções para estudo, atividade laboratoriais diversas, que implique uma relação também com a graduação e extensão. Nesse sentido o PPHIST buscou fazer um enfrentamento do conformismo ao modelo único, de finalidade única, e buscar formas organizacionais que tornem o espaço da pós-graduação espaço no qual de fato se exercite a exploração intelectual de problemas e temas, que crie uma ação de serviço para a sociedade, no interior de suas experiências formativas.

Estamos defendendo um olhar social mais sensível, tendo questões de equidade como referência. Nesse caso, é necessário considerar as condições reais de quem hoje procura esse nível formativo, dos que potencialmente virão a procurá-los, e dos objetivos que em relação a ele começam a ter pessoas de diferentes segmentos sociais e setores do trabalho. Considerando que os objetivos são socialmente construídos e não pré-determinados abstratamente, entendemos que há a necessidade de maior interlocução suficientemente ampliada dos acadêmicos com diversificados setores que começam a exigir interfaces com esse tipo de formação.

Em tempos de cortes orçamentários devemos estabelecer parcerias com o governo do Estado. Hoje temos uma Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia (SECTET) e uma Fundação de Amparo a Pesquisa do Pará (Fapespa), que em muito pode colaborar, com bolsas de pesquisa para alunos da pós-graduação. Aproximar em diálogos com as gestões do estado e dos municípios, para criação de programas que viabilizem a liberação de servidores para cursar a pós-graduação é uma outra estratégia importante. Para isso o PPHIST tem buscado encaminhar documento aos gestores informando da importância da formação em ensino da pós-graduação e da importância do apoio das instituições em que esses discentes estão vinculados.

Entendemos que a gravidade dos cortes de recursos e bolsas de pesquisa que ocorreram em anos anteriores devem ganhar o máximo de visibilidade merecida, assim como o descaso

com a ciência. Não acreditamos que apenas a questão de emissão das notas de repúdios tenha o efeito desejado. Talvez possamos pensar em outras estratégias que possa surtir maiores efeitos, mobilizando um conjunto maior de pessoas. A sociedade precisa conhecer os problemas que passaram os programas de pós-graduação e quais as ações de fortalecimento do ensino e pesquisa na formação de mestres e doutores.

Só para termos uma ideia, o corte sistemático, como foi observado no Brasil em comparação com outros países do mundo, por exemplo, a porcentagem de investimento do PIB brasileiro em ciência – 1,26% – foi inferior à média mundial – 1,79%), entre 2020 e 2022, gera uma grande insegurança no sistema como um todo. Também é digno de nota o valor das bolsas de pós-graduação, que não tinha reajuste desde 2013 e na época era de R\$ 1.500,00 e R\$ 2.200,00, respectivamente, para mestrado e doutorado (Exame, 2023).

Pautas importantes, tais como a regulação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG), a retomada e conclusão do processo da Avaliação Quadrienal (2017-2020) e a reversão dos cortes no PLOA 2022, Projeto de Lei Orçamentária, em prol da educação, ciência, tecnologia e inovação e do cumprimento de dispositivo constitucional quanto ao descontingenciamento do Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), eram alguns desafios postos para 2022 e 2023 e que foram, em parte, superados pelo governo Lula, a partir de 2023.

O trabalho que se apresenta é de identificarmos os alunos do programa em maiores condições de vulnerabilidade social e econômica. Isso vai ser fundamental para dialogarmos como o colegiado do programa para construirmos diretrizes de atendimento destes estudantes. Não dar para cobrarmos que um estudante que já está a 15 ou 20 anos em formação, ou peça que ele fique mais um tempo na pós-graduação e que de conta própria se mantenha na pós. Bolsa é uma necessidade e uma pauta não somente de alunos, mas também impacta na qualidade dos trabalhos de conclusão, sejam as dissertações como as teses.

Precisamos debater investimentos em pesquisa e bolsas, pois algumas pesquisas dos alunos precisam de investimento para seus projetos e para preparo de seu produto. Outros desafios ainda se apresentam. Observamos a necessidade de buscarmos um equilíbrio entre a preparação de professores para o ensino superior, a de pesquisadores e a de profissionais diversos que buscam seu aprofundamento teórico, cultural, científico ou tecnológico. Com flexibilização de tempos e de possibilidades nas trajetórias dentro dos cursos, este equilíbrio talvez possa ser atingido. Daí devemos pensar em funcionamentos de disciplinas em formatos e horários diversos que melhor aproveite a demanda social. A convivência de modalidades

diferentes numa mesma instituição e em um mesmo programa, que se qualifica também pela pesquisa e produção cultural de outras naturezas, pode dar sustentação a um ambiente adequado de convivência com formas diversificadas de produzir e utilizar conhecimentos.

O que se observa é que cada vez mais os estudantes de pós-graduação têm que arcar com os custos deste ensino e dividir seu tempo entre trabalho e estudo. Este é o horizonte que se descortina no Brasil para os demandantes à pós-graduação. Assim, a questão de prazos rígidos para a conclusão dos cursos – e que afetam sua avaliação e os fomentos que podem receber – toma outra feição, pelo menos dentro de um pensar mais democrático de possibilidades de acesso ao saber. Os mestrandos e doutorandos não-bolsistas, que aos poucos se tornam a maioria dos alunos desses cursos, obviamente têm outras condições quanto à dedicação de tempo aos estudos, mas nem por isto são menos qualificados para aí estarem. Nesse caso, fechar possibilidades a este tipo de pós-graduando é criar mais um espaço de exclusão. É preciso considerar também que, trabalhando em geral em áreas afins aos seus estudos, os pós-graduandos emprestam a estes uma nova qualidade que advém da experiência no trabalho e do seu trato cotidiano com variados e concretos tipos de problemas.

A questão do aluno-trabalhador e dos prazos de formação trazem um desafio, diante das necessidades e condições reais dos estudantes nesse nível, esse modelo, com sua rigidez, parece colocar-se na contramão da história social. Estamos aqui compartilhando com as reflexões Jacques Velloso e Lea Velho (1997), que analisando a pós-graduação, discutem a questão do tempo imposto rigidamente para a realização destes cursos, ponderando que a fixação de prazos inadequados, constitui não apenas fonte de frustração mas também de desperdício de tempo e dinheiro por parte dos estudantes e das instituições.

Os contrastes entre conhecimento científico, conhecimento ético e equidade social deverão ser merecedores de uma ampla e pública discussão, se os que atuam neste nível de ensino desejarem ser partícipes das transformações que despontam no horizonte desses cursos. Esta participação será essencial à medida que se reconhecer que mestrados e doutorados devem estar envolvidos com uma ética da vida que implique a superação de processos que alimentam a excessiva desigualdade entre pessoas e grupos. Isto conduz à necessidade de rearticulação dos domínios do conhecimento com a responsabilidade social. Um novo tipo de consciência humano-social-científica será requerido para encaminhar estas transformações. Estamos portando defendendo, uma pós que precisa está comprometida com valores sociais, defesa do meio ambiente, da sustentabilidade, do envolvimento com grupos marginalizados, um sistema de pós

forte comprometida com a mudanças sociais, combate a pobreza, ao trabalho digno, a cidadania, a vida.



Imagens 4 e 5: Atividades acadêmicas no PPHIST/UFPA, 2023. Fonte: Acervo do PPHIST, 2021-2022.

Referências bibliográficas

Agencia Brasil. *Governo anuncia recriação de programa de desenvolvimento acadêmico*. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2023-06/governo-anuncia-criacao-de-programa-de-desenvolvimento-academico>. Acesso em 06 mar. 2025.

Brasil. Câmara dos Deputados. *Projeto de Lei nº 5.384, de 04 de dezembro de 2020*. Altera Lei nº 12.711/12 dispõe sobre o programa especial para o acesso às instituições federais de educação superior e de ensino técnico de nível médio de estudantes pretos, pardos, indígenas e quilombolas e de pessoas com deficiência, bem como daqueles que tenham cursado integralmente o ensino médio ou fundamental em escola pública. Brasília: Câmara dos Deputados, 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2266069>. Acesso em: 12 set. 2024.

Cunha, L. A. O ensino superior no octênio FHC. *Educação Sociedade*, Campinas, vol. 24, n. 82, 2003, p. 37-61.

Exame. Corte de R\$ 116 milhões no orçamento da Capes preocupa setor científico. 2023. Disponível: <https://exame.com/brasil/corte-de-r-116-milhoes-no-orcamento-da-capes-preocupa-setor-cientifico/>. Acesso em: 12 set. 2024.

JC Notícias. *Ações afirmativas enfrentam desafios para se consolidar na pós-graduação*. 2022. Disponível em: <https://gepa-avaliacaoeducacional.com.br/acoes-afirmativas-enfrentam-desafios-para-se-consolidar-na-pos-graduacao/>. Acessado em 16 jun. 2023.

Harvey, D. *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

Jornal da PUC. *Pós-graduação no Brasil: área tem grandes desafios para os próximos dez anos*. 2022. Disponível em: <https://j.pucsp.br/noticia/pos-graduacao-no-brasil-area-tem-grandes-desafios-para-os-proximos-dez-anos>. Acessado em 19 jun. de 2023.

Lopes, Alzimary Pinheiro Souza. *Cotas raciais: análise à luz do direito da igualdade e da inclusão social no contexto brasileiro*. Dissertação (Mestrado). Universidade Portucalense, 2022.

Oliveira, Gabriel de Souza; Couto, Mirela Guimarães Gonçalves. Uma análise sobre as cotas raciais nas universidades brasileiras. *Revista Científica UNIFAGOC -Jurídica*. Volume IX, n. 1, 2024, p. 30-40.

Silva Júnior, João dos Reis; Ferreira, Luciana Rodrigues; Kato, Fabíola Bouth Grello. Trabalho do professor pesquisador diante da expansão da pós-graduação no Brasil pós-LDB. *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 53, jun. 2013, p. 435-456.

Velloso J, Velho L. Política de bolsas, progressão e titulação nos mestrados e doutorados. *Cadernos de Pesquisa*, 101, Fundação Carlos Chagas & Autores Associados, 1997, p. 50-81.